

DA EDUCAÇÃO ESTÉTICA EM SCHILLER

ON AESTHETIC EDUCATION IN SCHILLER

POLIANA MOURILHE

RESUMO : Em sua obra *A Educação Estética do Homem*, o poeta e dramaturgo Friedrich Schiller expõe, ao longo de 27 cartas, sua preocupação com a cisão que observa na formação do caráter humano. A partir disso, Schiller desenvolve uma série de argumentos que defendem a arte e a beleza como caminhos para que o homem retorne à integralidade e, por fim, possa alcançar a verdadeira liberdade. Serão abordados no presente trabalho os conceitos de fragmentação, educação estética, beleza e sua relação com a liberdade. Por fim, pretende-se demonstrar a visão do autor acerca da contribuição da arte como possibilidade de se alcançar a integralidade, através da harmonização entre os sentidos e a razão.

Palavras-chave: Schiller. Estética. Beleza. Liberdade.

ABSTRACT: In his work On the Aesthetic Education of Man, the poet and playwright Friedrich Schiller exposes, throughout 27 letters, his concern about the division he observes in the formation of the human character. From this, Schiller develops a series of arguments that defend art and beauty as ways for man to return to integrality and, finally, to achieve true freedom. The concepts of fragmentation, aesthetic education, beauty and its connection with freedom will be addressed in this work. Finally, we intend to demonstrate the author's vision about the contribution of art as a possibility of achieving integrality through harmonization between the senses and reason.

Keywords: Schiller. Aesthetics. Beauty. Freedom.

Em nome da razão e, supostamente, em decorrência desta, os seres humanos subjugaram, exploraram e assassinaram outros indivíduos. Travestida de razão, a tirania tomou forma, ocupou e permeou os mais diversos espaços. A razão, a racionalidade, enaltecida como ferramenta, como caminho a ser trilhado pela humanidade em direção ao avanço e à liberdade, colocou-a, em vez disso, em vestes de frieza e indiferença. As luzes, insuficientes, se apagaram e o ser humano restou em um fragmento de sua potencialidade, um pedaço vacilante de si.

Nesse cenário, durante a ressaca da Revolução Francesa, o dramaturgo e poeta Friedrich Schiller escreve ao Príncipe de Augustenburg um conjunto de cartas, que viria a se tornar uma de suas principais obras. Em um momento em que há esforços no sentido de que a razão impere sobre os demais atributos e todos os olhos estejam voltados para o cenário político, Schiller aponta que a verdadeira liberdade somente poderia ser alcançada através da arte e da beleza.

Em suas cartas, Schiller discorre sobre a importância destas para a formação de um indivíduo verdadeiramente livre, pois, conforme aponta em sua carta II: “é pela beleza que se vai à liberdade.” (SCHILLER, 2002. P. 22), logo, deve ser considerado o seu potencial para influenciar os caminhos da política, em que caminhava a humanidade.

Para Schiller, a arte carrega um potencial unificador, capaz de reunir as partes dos indivíduos que, conforme o autor, encontram-se fragmentados. Mas, para que alcance esse potencial, não basta que o belo seja encarado como uma experiência somente. A beleza, para além disso, deve, como a moral, erguer e apoiar-se em fundamentos eternos. O belo deve, portanto, repousar sobre pilares sólidos, para ser

elevado à condição de ciência filosófica. O como e o porquê de a beleza ser considerada, para Schiller, o caminho à liberdade, são alguns dos pontos que se pretende bordar no tecer deste trabalho.

Ao redigir as 27 cartas que viriam a constituir a obra *A Educação Estética do Homem*, Schiller faz uma análise da condição do ser humano, e do que o levou ao que ele considera à ruína de si mesmo. Podemos dividir as cartas, essencialmente, em três partes: em um primeiro momento, Schiller traça um diagnóstico do problema; em seguida, tece uma análise da natureza humana para, por fim, no terceiro momento, expor suas ideias sobre a influência do belo e da arte na formação do indivíduo e em sua consequente libertação.

Para Schiller, a beleza não deveria ser entendida meramente como uma experiência subjetiva, pois estaria, dessa forma, sujeita às condições momentâneas de cada indivíduo e, em razão disso, condenada a ocupar um espaço muito aquém do potencial transformador que carregava.

Em seus escritos, Schiller defende a arte e a beleza como caminho possível para conduzir o ser humano à verdadeira liberdade, pois a arte traria em si uma potência unificadora, capaz de reunir novamente os atributos da razão e da sensibilidade que, conforme ele observou, encontravam-se em desequilíbrio, o que resultava, segundo sua classificação, em indivíduos selvagens ou bárbaros.

Os selvagens, para Schiller, eram aqueles em que havia o predomínio dos sentidos sobre a razão, seus sentimentos imperavam sobre seus princípios e para eles não seria possível entender o mundo além dos seus sentidos imediatos, pois encontravam-se em tamanha fusão com o mundo dos sentidos, que se confundiam com o próprio mundo. O selvagem “despreza a arte e reconhece somente a natureza como sua soberana irrestrita” (SCHILLER, 2002. P. 29). Já os indivíduos classificados como bárbaros, por sua vez, são considerados por Schiller ainda mais abominá-

veis que os selvagens. Nos bárbaros observamos a prevalência dos princípios sobre os sentimentos, um distanciamento tal da natureza, que a ela destinaria apenas o escárnio e o desprezo.

Porquanto houvesse o predomínio da sensibilidade, como resultado haveria o homem selvagem, enquanto a supressão da sensibilidade pela razão resultaria no indivíduo bárbaro. O predomínio de uma das faculdades acarretaria sempre um desequilíbrio, pois enquanto uma faculdade se sobrepusesse à outra, suprimindo-a, independente de qual fosse, o ser humano estaria sempre em uma negação de si mesmo. A natureza do homem, defende Schiller, seria mista e, dessa forma, seria necessário estabelecer nela uma harmonia. Desacreditado em relação à condição humana que observava na época, Schiller expõe suas críticas aos homens, que estão entre a selvageria e a lassidão, o que, para ele, configurariam “dois extremos da decadência humana” (SCHILLER, 2002. P. 31).

Enquanto uns, por um lado, encontravam-se movidos por impulsos grosseiros e sem lei, buscando apenas satisfazer o seu lado mais rudimentar, por outro lado, aqueles pertencentes às classes supostamente civilizadas, se mostravam, para Schiller, ainda mais repugnantes, posto que acometidos por uma apatia e degeneração, resultantes da própria cultura, cultura que “mostra em geral uma influência tão pouco enobrecedora sobre as intenções que até, pelo contrário, solidifica a corrupção”. (SCHILLER, 2002. P. 32). Ele aponta que a decadência estaria presente em ambos os lados, tanto nas classes mais baixas quanto nas classes mais civilizadas. As primeiras teriam abandonado a civilidade e buscariam satisfazer seus desejos primitivos, enquanto as últimas depravavam a cultura e constituíam um grupo que, apesar de negar a natureza, no campo moral, permitiam sua tirania. Para ele, “O egoísmo fundou seu sistema em pleno seio da sociabilidade mais refinada, e experimentamos todas as infecções e todos os tormentos da sociedade, sem que daí surja um coração sociável” (SCHILLER, 2002. P.

32).

Diante desse cenário em que se nega a natureza e, conseqüentemente a importância da sensibilidade, e que também se observa as conseqüências do uso preponderante da razão, Schiller defende que seria apenas através da união e da existência harmoniosa entre razão e sensibilidade, que surgiria o que ele vai chamar de homem cultivado, aquele dotado de caráter nobre e ético. Esse homem “faz da natureza sua amiga e honra a sua liberdade, na medida em que apenas põe rédeas a seu arbítrio” (SCHILLER, 2002. P. 29).

Segundo Schiller, é necessário unir ambos os atributos: razão e sensibilidade, de maneira que seja possível, em suas palavras: “encontrar totalidade de caráter no povo, caso este deva ser capaz e digno de trocar o Estado da privação pelo Estado da liberdade” (SCHILLER, 2002. P. 30). No sentido de buscar essa totalidade que para ele conduzirá à liberdade, Schiller irá empreender a sua jornada como defensor da arte e do belo, como os caminhos possíveis para se alcançar a integralidade.

Em sua obra, Schiller faz referência a dois tipos: o homem físico, que é o homem real e o homem ético, que é apenas problemático e, embora possível, não é ainda real. Esse último seria fruto do Estado ético, que é o que se busca alcançar. Schiller aponta que ao passo em que empreendiam esforços no sentido de superar o homem real, ao suprimir o estado de natureza, para substituí-lo pela razão e pelo estado ético, não havia, contudo, meios igualmente empregados para possibilitar a transição do homem de um estado a outro, extremamente necessária, ao considerarmos a disparidade entre eles. Eis aí uma das questões que ele irá ressaltar como problemática. Em suas palavras:

Se a razão suprime, portanto, o Estado de natureza para substituí-lo pelo seu, como tem necessariamente de fazer, ela confronta o homem físico e real com o problemático e ético, confronta a existência da sociedade com o Ideal apenas possível (ainda que moralmente necessário) de sociedade. Ela toma ao homem algo que ele realmente

possui, e sem o qual nada possui, para indicarlhe algo que ele poderia e deveria possuir. (...) Sem que ele tenha tido tempo de apegar-se por sua vontade à lei, ela terá tirado sob seus pés a escada da natureza. (SCHILLER, 2002. P. 24)

Observamos que, conquanto não se poderia pausar o tempo enquanto buscava-se remédios para sanar as questões sociais, seria necessário que se estabelecesse algum tipo de suporte que propiciasse um meio de subsistência, de modo que o homem pudesse se tornar independente do Estado de natureza, que se buscava superar. Para Schiller, seria necessário que houvesse um caminho de transição enquanto se consolidava, neste mesmo homem real, o ideal de um Estado ético. Schiller defendia que essa transição seria possível através da arte. Para ele, seria através da educação estética que o homem ético, que ainda era hipotético e que, portanto, ainda não existia, poderia começar a ser construído.

O diagnóstico que Schiller apresenta sobre a condição do homem moderno é que sua natureza estaria cindida. Para explicar, ele traçou um paralelo entre a cultura grega e o indivíduo da modernidade, em que afirmou que na cultura grega “por mais alto que a razão se elevasse, trazia consigo, amorosa, a matéria, e por fina e rente que a cortasse, nunca a mutilava” (SCHILLER, 2002. P. 36). Observamos que ali havia uma relação de acolhimento da condição natural do homem, que constituía uma forma de contemplar também esse aspecto da natureza humana. Mas quão diferente era a situação do homem moderno, onde, para além de somente sujeitos isolados, podia-se observar classes inteiras de pessoas que desenvolviam apenas parcialmente suas potencialidades, enquanto em que nas demais, tais quais órgãos atrofiados, mal se podia perceber sua influência. Schiller explica que a superioridade do indivíduo grego advinha do fato de que ele “recebia suas forças da natureza, que tudo une” (SCHILLER, 2002. P. 36), enquanto o sujeito moderno se construía em cima do entendimento, que, segundo Schiller, a tudo separaria. Para ele, foi a própria cultura que estabeleceu essa fenda na humanidade moderna, pois

Tão logo a experiência ampliada e o pensamento mais preciso tornaram necessária uma separação mais nítida das ciências, rompeu-se a unidade interior da natureza humana e uma luta funesta separou as suas forças harmoniosas. O entendimento intuitivo e o especulativo dividiram-se com intenções belicosas em campos opostos. (...) Cada um deu a si mesmo um senhor que não raro termina por oprimir as demais potencialidades. (SCHILLER, 2002. P. 37).

Observamos que a cultura ocasionou parte da ruína no homem moderno. A quem seria possível recorrer? Schiller enfatiza que jamais ao Estado, pois o mal que por hora os acomete originou-se desse mesmo Estado e que este “não poderia fundar humanidade melhor, pois nela teria de ser fundado” (SCHILLER, 2002. P. 43). Schiller prossegue em sua indagação sobre de onde o auxílio poderia vir e, para tanto, traz à cena o papel da filosofia, ao que responde que a razão nada pode “contra esse poder rude que resiste às suas armas” (SCHILLER, 2002. P. 45). Ele afirma que a razão desempenhou seu papel à maneira que pôde, mas que sua efetiva aplicação dependeria da vontade corajosa e do vivo sentimento e que, se não logrou, todavia, obter sucesso, foi por deparar-se com um coração que a ela se fechou. Para Schiller “Não é suficiente, pois, dizer que toda a ilustração do entendimento só merece respeito quando reflui sobre o caráter; ela parte, também, em certo sentido, do caráter, pois o caminho para o intelecto precisa ser aberto pelo coração.” (SCHILLER, 2002. P. 47).

Diante desse cenário, em que Estado ou razão não detém, eles próprios, poderes suficientemente capazes de alterar a realidade em que se encontravam os indivíduos, Schiller aponta um meio que serviria como instrumento capaz de enobrecer o caráter humano. Diz ele “esse instrumento são as belas artes” (SCHILLER, 2002. P. 49). Para o autor, a arte seria esse instrumento pois tinha absoluta imunidade em relação ao arbítrio do homem. Aponta ele que, durante séculos inteiros, filósofos e artistas naufragaram ao tentar trazer a verdade e a beleza para a humanidade vulgar e, embora tenham por vezes falhado, a arte e a ciência, não obstante, emergiram vitoriosas, con-

servando-se intactas em sua força vital. Para Schiller, estaria, portanto, nas mãos do artista o poder de trazer a liberdade para os indivíduos. O artista deveria, para isso, manter-se resguardado das corrupções de sua época, elevando, seus olhos para a dignidade e a lei. Diz Schiller:

Vive com teu século, mas não sejas sua criatura; serve teus contemporâneos, mas naquilo de que carecem, não no que louvam. (...) Pensa-os como deveriam ser quando tens de influir sobre eles, mas pensa-os como são quando és tentado a agir por eles. Procura seu aplauso através de sua dignidade, mas atribui sua felicidade à falta de valor, e tua própria nobreza despertará então a deles. (SCHILLER, 2002. P. 51-52)

Conforme exposto anteriormente, a natureza humana encontrava-se dividida, resultando em indivíduos selvagens ou em sujeitos bárbaros. Para Schiller, a beleza poderia recuperar esses sujeitos de qualquer desses desvios. No entanto, a beleza, enquanto entendida meramente como experiência, não apresentava condições suficientemente fortes para constituir o palco onde se construiria um tribunal. Schiller defendia que deveria haver um conceito de beleza originado de outra fonte que não a experiência, para que se pudesse afirmar que “aquilo que se chama de belo na experiência tem direito a esse nome” (SCHILLER, 2002. P. 56). O que Schiller busca aqui, portanto, é alcançar um conceito racional puro da beleza, para que a beleza pudesse ser considerada uma condição necessária à humanidade. Pois, para ele, é por meio da ação bela, explica, pela educação estética, que poderia ser alcançado o patamar em que a sensibilidade e a liberdade estariam em plena harmonia, uma harmonia que justamente confere sentido, buscando colocar o mundo dentro da lógica da razão. Essa harmonia à qual ele se refere, se realizaria ao alcançar o equilíbrio entre o que ele vai chamar de impulsos: forças opostas que, segundo ele, nos conduziriam para a realização de seus objetos. (SCHILLER, 2002. P. 63).

O primeiro dos impulsos é o impulso sensível, aquele que nasce da natureza sensível do homem, de sua existência física, existência essa que se manifestaria

através das sensações.

O segundo, por sua vez, é chamado impulso formal. Os impulsos formais seriam aqueles que surgem a partir da “existência absoluta do homem, a partir de sua natureza racional” (SCHILLER, 2002. P. 64). Os impulsos sensível e formal deveriam ser conjugados de tal maneira que existisse uma ação recíproca entre eles, em que um encontra a “sua máxima manifestação justamente pelo fato de que o outro é ativo” (SCHILLER, 2002. P. 73). Para o autor, o homem poderia experimentar a sua humanidade em plenitude se a partir dessa relação de reciprocidade e harmonia entre os dois impulsos. Sendo assim, não seria possível ao homem conhecer desse ideal enquanto viesse a satisfazer exclusivamente apenas um dos impulsos ou ambos, ainda que de maneira sucessiva, pois “enquanto apenas sente, fica-lhe oculta sua pessoa, ou sua existência absoluta, e, enquanto apenas pensa, fica-lhe oculta a sua existência no tempo, ou seu estado” (SCHILLER, 2002. P. 73). Dessa forma, sem conjugar de maneira recíproca e, portanto, simultânea a potencialidade de ambos os impulsos, o homem estaria fadado a jamais alcançar a integralidade e, portanto, a plenitude.

Em se pressupondo que o homem alcançasse tal feito em que ambos os impulsos atuassem juntos, haveria a formação do que ele veio a chamar de impulso lúdico, um terceiro impulso que nasceria da interação recíproca entre razão e sensibilidade. O impulso lúdico seria a força capaz de libertar o homem física e moralmente, pois, resultaria da atuação simultânea dos outros dois impulsos, sensível e formal. Sobre o impulso lúdico, coloca Schiller que:

Na mesma medida em que toma às sensações e aos afetos a influência dinâmica, ele os harmoniza com as ideias da razão, e na medida em que despe as leis da razão de seu constrangimento moral, ele as compatibiliza com o interesse dos sentidos. (SCHILLER, 2002. P. 75)

O autor aponta a necessidade de que seja considerada a natureza heterogênea do homem. Se o homem é natureza e também razão, suas ações devem corresponder a atuação dessas duas forças em seu modo de ser. O belo, na visão de Schiller, exerce esse

efeito conciliador sobre o homem, pois é através do belo que os impulsos sensíveis seriam educados com as ideias da razão. É também através da educação que se evitaria que a violência da razão imperasse sobre a sensibilidade. Essa convivência harmônica entre ambos os impulsos é o que formaria o impulso lúdico.

Colocada a importância dos impulsos, detenhamo-nos, pois, um pouco mais sobre eles. O objeto do impulso sensível seria, para Schiller, a vida em seu sentido mais amplo. O objeto do impulso formal seria a forma. Já o objeto do impulso lúdico constituiria a forma viva, conceito este que, conforme afirma Schiller, serve para designar tudo que entendemos no sentido mais amplo de beleza (SCHILLER, 2002. P. 77). Em suas palavras:

Enquanto apenas meditamos sobre sua forma, ela é inerte, mera abstração; enquanto apenas sentimos sua vida, esta é informe, mera impressão. Somente quando sua forma vive em nossa sensibilidade e sua vida se forma em nosso entendimento o homem é forma viva, e este será sempre o caso quando julgamos o belo. (SCHILLER, 2002. P. 78)

Entendemos, pois, que o impulso lúdico é quem pavimentaria o caminho para a unidade entre a realidade e a forma. Através desse impulso que se alcançaria a completude do conceito de humanidade. À experiência da beleza, através do impulso lúdico, Schiller chamou de jogo. Por que jogo? Para ele, com “o agradável, com a perfeição o homem seria apenas sério, mas com a beleza ele joga” (SCHILLER, 2002. P. 79). Esse estado de jogo conduziria o homem à plenitude.

Devemos recordar que o estado de jogo surge a partir do impulso lúdico que, por sua vez, nasce da conjugação, da coexistência harmônica entre os impulsos sensível e formal. Dessa forma, no estado de jogo alcançamos um equilíbrio entre, segundo Schiller, dois efeitos: dissolvente e tensionante. O dissolvente manterá em seus limites tanto o impulso sensível quanto o formal, enquanto o tensionante assegurará a ambos a suas respectivas forças. Essa ação recí-

proca, esse condicionamento mútuo é o que, para Schiller, resultará na possibilidade da beleza, pois a “perfeição repousa na energia harmonizante de suas forças sensíveis e espirituais” (SCHILLER, 2002. P. 87).

Sobre o jogo, afirma Rancière:

O jogo é a atividade que não tem outro fim além dela mesma, que não se propõe a qualquer tomada de poder efetiva sobre as coisas e sobre as pessoas. Essa aceção tradicional do jogo foi sistematizada pela análise kantiana da experiência estética. Ela se caracteriza, de fato, por uma dupla suspensão: uma suspensão do poder cognitivo do entendimento determinando os dados sensíveis segundo suas categorias e uma suspensão correlativa do poder da sensibilidade que impõe objetos de desejo (RANCIÈRE, 2010, p. 25)

Conforme exposto acima, o jogo seria toda atividade que tem sua finalidade e seu sentido apenas nela mesma, pois enquanto o impulso sensível vive, e o formal pensa, no impulso lúdico encontraríamos o estado de jogo. Nesse estado de jogo, a sensibilidade e a razão encontrariam entendimento e, superada a oposição entre os impulsos, a unidade que se estabelece no homem tornaria possível que se enxergasse o belo. É então, para Schiller, no jogo da beleza que o homem encontra e experimenta sua total humanidade, pois “o homem joga somente quando é homem no pleno sentido da palavra, e somente é homem pleno quando joga” (SCHILLER, 2002. P. 80).

Sobre o jogo, os impulsos e a experiência estética, explica Schiller:

Se antes lhe havia sido tomada pela coerção unilateral da natureza na sensação e pela legislação exclusiva da razão no pensamento, temos de considerar a capacidade que lhe é devolvida na disposição estética como a suprema de todas as dádivas, a dádiva da humanidade. (SCHILLER, 2002. P. 106).

Pode-se dizer que o homem já mantinha em si a

humanidade. No entanto, como resultado de uma preponderância de um impulso sobre o outro, o homem se afasta dessa humanidade, perdendo essa capacidade. Sobre a estética, nesse sentido, coloca Schiller:

Por não proteger de modo exclusivo nenhuma das funções da humanidade, favorece todas sem exceção, e se não favorece nenhuma isoladamente é por ser a condição de possibilidade de todas elas. Todos os outros exercícios dão à mente uma aptidão particular e impõe-lhe, por isso, um limite particular; somente a estética conduz ao ilimitado. (SCHILLER, 2002. P. 109).

O estado estético, ao anular ambos os impulsos através da harmonização destes, restauraria a infinitude, agora considerada plena. Eis aqui a liberdade. A arte verdadeira, a genuína experiência estética seria, portanto, aquela que liberta ou que mantém livre o ser humano. A beleza é, portanto, o que poderia libertar o homem tanto da brutalidade, em se tratando do sujeito selvagem, quanto da nobre decadência, no caso do bárbaro. A arte, ao se mostrar capaz de estabelecer vínculos entre a razão e a sensibilidade, possibilitando ao homem um momento de integralidade, asseguraria a experiência de completude que, para Schiller, é o que conduzirá o ser humano verdadeiramente à liberdade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ricardo. *Schiller & a Cultura Estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 2004.

MACEDO, Bruno A. A Educação estética do homem: numa série de cartas. *Revista do NESEF*, v. 9 – n. 1 – Jan./Jul. 2020 – P. 121 – 129. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/neseef/article/view/75240/41180>.

NOBRE, Jaderson G. A Educação estética de Schiller: da fragmentação à integralidade antropológica. *Revista Lampejo*. Fortaleza – CE – Volume 1 – Nº 9 1º Semestre de 2016. P. 1 – 11. Disponível em: Edição

nº 9 | Lampejo (apoenafilosofia.org).

RANCIÈRE, Jacques. A Estética como Política. *DEVIRES*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 14-36, Jul/Dez 2010. P. 17 – 36. Disponível em: [Raciere a estética como política.pdf \(usp.br\)](#).

SCHILLER, Friedrich. *A Educação estética do homem*. São Paulo: Ed. Iluminuras. 4 Ed. 2002.

SOUSA, Selmy M. Cultura Estética em Friedrich Schiller. *Kínesis*, Vol. X, nº 25, dezembro 2018, p. 25-39. Disponível em: [2.selmysousa.pdf \(unesp.br\)](#).